



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Criar um sistema de regulamentação da inteligência artificial

Nos últimos anos, o desenvolvimento da tecnologia de inteligência artificial está cada vez mais amadurecido e, no processo de promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, o Governo da RAEM tem incentivado activamente a aplicação da inteligência artificial em diversos sectores. Actualmente, os serviços governamentais e muitas empresas implementaram gradualmente a tecnologia de inteligência artificial para aumentar a eficiência. Ao mesmo tempo, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais promove, de forma activa, testes de certificação de “engenheiro em aplicações de inteligência artificial generativa”, empenhando-se na reserva de quadros qualificados de transformação digital para Macau.

No entanto, embora a tecnologia de inteligência artificial facilite a vida da população, há fuga de dados pessoais, “alucinações de inteligência artificial”, disputas sobre o direito de propriedade intelectual e abuso de tecnologia, e uma série de riscos sociais e de segurança, ou seja, até há criminosos a praticarem fraudes com recurso à tecnologia “*deepfake*”. Actualmente, não existe em Macau uma legislação específica sobre a inteligência artificial, a regulamentação da inteligência artificial depende principalmente da Lei da protecção de dados pessoais e da Lei da cibersegurança, entre outras leis comuns.

Olhando para outros locais, o País implementou as “Medidas provisórias para a gestão dos serviços de inteligência artificial generativa”, que estabelecem um regime de regulamentação, por classificação e categorização, da tecnologia da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

inteligência artificial de acordo com o grau de risco, e a União Europeia aprovou a “Lei da inteligência artificial”. A falta de instruções específicas para a regulamentação da inteligência artificial em Macau pode aumentar o risco de violação da privacidade dos cidadãos.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. A legislação vigente, como a Lei da protecção de dados pessoais, está manifestamente desactualizada em relação ao vasto processo de recolha de dados e aos complexos algoritmos utilizados pela inteligência artificial generativa. Antes da implementação dos diplomas específicos, vai o Governo tomar como referência as experiências do País e de outras regiões, no âmbito da regulamentação por classificação e categorização, e definir instruções regulamentares vinculativas ou padrões industriais para as áreas de alto risco, para que o sector possa seguir instruções claras para a investigação, desenvolvimento e aplicação das técnicas?

2. A longo prazo, ao aproveitar plenamente a tecnologia da inteligência artificial, é necessário garantir a segurança da informação e a segurança pública, evitando que a tecnologia seja utilizada de forma indevida ou abusiva. A legislação comum existente não cobre totalmente as responsabilidades complexas decorrentes da inteligência artificial. O Governo da RAEM dispõe de um plano legislativo claro e de médio e longo prazo para a aplicação e desenvolvimento da tecnologia da inteligência artificial?

14 de Março de 2026



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun Iok